



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 6 • nº 8 • 15 a 28/11/09 • ISSN1809-6182

Análises

17/11/2009 - A Copa do Mundo de 2010 e a emergência sul-africana no contexto internacional.....p.01

Em meio a greves e atrasos no cumprimento de metas, a África do Sul reforça sua odisséia em sediar a Copa do Mundo de 2010. Estes esforços denotam a oportunidade do país africano de soerguer-se na ordem pós-colonialista, superando os obscuros tempos de Apartheid e exploração britânica.

17/11/2009 - A crise política que configura o cenário de Honduras.....p.03

Após o golpe de Estado em Honduras, o país centro americano vive em meio à crise política que tem afetado a dinâmica de organização diplomática, principalmente no bloco americano.

Resenha

17/11/2009 - Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parceriasp.06

Torna-se cada vez mais comum a ocorrência de coalizões inter-estatais no ambiente internacional. O Fórum entre Índia, Brasil e África do Sul possui a concretização da Cooperação Sul-Sul como estratégia comum, ainda que esses países compartilhem interesses muitas vezes divergentes.

A Copa do Mundo de 2010 e a emergência sul-africana no contexto internacional

Análise
Desenvolvimento

Celso Augusto de Freitas Filho
17 de novembro de 2009

Em meio a greves e atrasos no cumprimento de metas, a África do Sul reforça sua odisséia em sediar a Copa do Mundo de 2010. Estes esforços denotam a oportunidade do país africano de soerguer-se na ordem pós-colonialista, superando os obscuros tempos de Apartheid e exploração britânica.

A menos de um ano da Copa do Mundo de 2010, a África do Sul, sede do evento, mantém os esforços na preparação para o campeonato. Em uma análise mais conjuntural, os investimentos indicam as pretensões sul-africanas de demonstrar o potencial do país no atual contexto internacional. Não obstante aos problemas enfrentados pela comissão organizadora, um acontecimento de abrangência mundial, como o campeonato da FIFA, pode ser visto como uma grande oportunidade para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado-sede.

A potência africana tem tentado superar as amargas décadas de segregação racial de seu processo de descolonização. O país viveu, por quase meio século, o regime de Apartheid, no qual eram impostas severas políticas discriminatórias à população negra – de maioria demográfica¹. Nesse sentido, seu empenho de ascensão na sociedade internacional é marcado por suas políticas de desenvolvimento econômico e sua desenvoltura diplomática dentro da nova ordem mundial.

Dessa maneira, ter sido escolhida como sede do evento esportivo revela a atual situação de emergência do país no sistema de Estados. Hoje, a África do Sul é o país mais desenvolvido do continente africano e está no ranking das maiores economias do mundo, sendo parte do G20². Seu papel como potência emergente é essencial para a agenda internacional, ao lado de países como Brasil e Índia.

Sobre a emergência dessas novas economias, o Estado sul-africano tem estreitado relações com estes países emergentes, no sentido de exercer um papel mais presente na política internacional. Esta cooperação é representada nas disposições destes em fóruns econômicos e em organizações internacionais, como suas ações conjuntas em prol de uma solução à rodada de Doha da OMC.

Com relação ao Brasil³, a África do Sul, a

¹ Para mais informações, acessar: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL1215076-5604,00-COPA+DO+MUNDO+NA+AFRICA+DO+SUL+TRAZ+A+TONA+HISTORICO+DO+REGIME+DO+APARTHEID.html>>

² Grupo das vinte maiores economias mundiais, incluindo África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia.

³ A cooperação entre África do Sul e Brasil tem se intensificado na coordenação de medidas sobre estes eventos esportivos. Neste mês de outubro, chefes de Estados dos dois países se encontraram para discutir as medidas sobre os

despite de seu ainda irrisório montante comercial com o país latino-americano, tem procurado dialogar politicamente com o objetivo de uma cooperação no que se refere ao comércio internacional e a uma nova arquitetura do ambiente internacional. Tal proximidade é expressa no grupo IBAS⁴ (Índia, Brasil e África do Sul), que possui o objetivo de discutir o papel dos países em desenvolvimento no mundo globalizado⁵.

Essas pretensões são reforçadas com a indicação da África do Sul como sede da Copa do Mundo de 2010. Organizar um evento como este possui um valor simbólico de poderio e superação das amarras do passado. Porém, o país africano, assim como outros emergentes, continua enfrentando problemas de ordem social e econômica. Sobre os preparativos do campeonato, bilhões de dólares foram investidos nas reformas e criação de uma infra-estrutura que dê suporte ao evento. No entanto, uma greve em julho deste ano⁶ e os altos índices de violência urbana, além dos atrasos notados pela Copa das Confederações, colocam em xeque o sucesso do empreendimento sul-africano.

Como já recentemente discutido no Brasil, após nossa nomeação como sede da Copa de 2014, esta simbologia de ascensão vai além, sendo parte de um projeto maior de desenvolvimento. Os bilionários planos de se organizar o evento da FIFA requerem o compromisso do país-sede em promover reformas que propiciem um campeonato

de grande porte. Além disso, este plano une capital privado e público, no sentido de empreender um ambiente atrativo para os investimentos nacionais e internacionais, servindo, assim, de combustível para o desenvolvimento sócio-econômico.

Ademais, as expectativas acerca da conhecida “festa do futebol mundial” se mantêm na obscuridade sobre a capacidade do continente africano – famoso por sua posição marginal no ambiente internacional – de sediar um evento à altura dos anteriores. Este impasse também remete aos dilemas confrontados pelos países emergentes em ascender dentro da nova ordem mundial. Mas algo se mantém claro: os ganhos em sediar a Copa do Mundo vão além do empreendimento em infra-estrutura e desenvolvimento econômico; vale-se como uma simbologia sobre a posição pretendida, senão já alcançada, do Estado dentro da sociedade internacional.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

G1 – Portal de Notícias da Globo

<http://g1.globo.com/>

Folha On-line

<http://www.folha.uol.com.br/>

Ver Também:

01/07/2008: [A inflexão da política externa brasileira para o Sul e o Fórum IBAS](#)

Palavras-chave: Copa do Mundo, África, países emergentes.

preparativos da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro.

⁴ Ver Glossário.

⁵ Para um melhor entendimento sobre o IBAS, acesse a análise de Joana Nogueira, de 2008, no Conjuntura Internacional. Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura/noticia_conjuntura.php?codigo=562&lateral=6&cabecalho=29&menu=924>

⁶ Ver também: <<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1223671-10406,00-GREVE+PODE+ATRAPALHAR+OBRAS+PRA+COPA+DE.html>>

A crise política que configura o cenário de Honduras

Análise
Integração Regional

Jéssica Silva Fernandes
17 de novembro de 2009

Após o golpe de Estado em Honduras, o país centro americano vive em meio à crise política que tem afetado a dinâmica de organização diplomática, principalmente no bloco americano.

No final do mês de junho de 2009, o presidente Manuel Zelaya foi deposto do poder por um Golpe de Estado apoiado pelo Congresso hondurenho. Desde então o país convive com crises de ordem diplomática e política além da crise econômica que persiste no cenário internacional como um todo.

O presidente deposto Manuel Zelaya pretendia estabelecer algumas concessões à população mais pobre que pressionava o governante diante dos efeitos da crise econômica. Em meio a estas concessões estavam as propostas de reajuste de salário mínimo e redução de preços. Porém, frente aos programas elaborados por Zelaya e juntamente com os vínculos desse presidente com o governo socialista venezuelano de Hugo Chávez,¹ elites políticas e empresariais conservadoras do país centro-americano se sentiram incomodadas, como afirma Noam Chomsky². Os empresários e políticos com afinidade ideológica à direita interpretaram as possíveis mudanças governamentais como traição ao setor,

uma vez que estes teriam apoiado a campanha política que levara Zelaya à Presidência de Honduras.

Embora tais medidas tenham gerado tensões na política hondurenha, o argumento tido como principal motivador do Golpe de Estado foi a possibilidade de reeleição do presidente deposto, através de reformas constitucionais. Tal questão é de grande relevância no contexto hondurenho, pois, na Constituição do país há uma *cláusula pétrea que proíbe a reeleição no país* presente no artigo 239 dessa Constituição. De acordo com esse artigo, “qualquer presidente que tentar quebrar essa disposição, deve ser imediatamente afastado do cargo e considerado inelegível por 10 anos”.

Para que as modificações propostas pelo o governante destituído fossem possíveis, seria realizado um plebiscito acerca da convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte. No entanto, no dia previsto, 28 de junho, Manuel Zelaya foi deposto do poder e Roberto Micheletti, presidente do Congresso de Honduras, assumiu a presidência.

A partir de então verificou-se o aumento nas violações aos direitos humanos, denunciado pela Anistia Internacional³, no

¹<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional, eleito-pela-direita--zelaya-fez-governo-a-esquerda-em-honduras,394786,0.htm>

²Noam Chomsky professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), e crítico da política externa norte-americana. Fonte: G1

³ A Anistia Internacional acredita que a proteção

qual manifestantes que se opõem ao governo instaurado após o Golpe de Estado são vítimas de detenções arbitrárias e maus-tratos.

Em 21 de setembro, o presidente deposto se refugiou clandestinamente na embaixada brasileira em Honduras, na capital do país Tegucigalpa, agravando ainda mais as tensões provenientes da crise política. Diante disso, os golpistas estão enfrentando uma pressão da Comunidade Internacional, uma vez que essa não reconhece os fundamentos jurídico-constitucionais – (inseridos, principalmente nos artigos 237, 239, 374) – usados como argumentos para o golpe de estado.

Frente ao impasse de resolução para tal crise, o país centro-americano sofre interferências estrangeiras a fim de restabelecer a ordem. Desde o início, Organização dos Estados Americanos, OEA, representada pelo secretário-geral José Miguel Insulza, busca estratégias para a solução do conflito com os demais países membros do grupo. Tal organização condenou de forma unânime a atitude golpista e suspendeu Honduras do grupo, com base na Carta Democrática Interamericana ⁴.

A secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, indicou como mediador do conflito o presidente costa-riquenho Oscar Arias.⁵ Esse propôs o Acordo San José o

qual estabelece a impossibilidade de reeleição no país; e prevê a restituição de Zelaya ao poder dentre outras. No entanto, a Corte Suprema de Justiça de Honduras inicialmente rejeitou a possibilidade de o governante deposto retornar à presidência antes das eleições previstas para 29 de novembro de 2009. As eleições de novembro terão um caráter crucial na crise⁶.

De acordo com Chomsky, o objetivo dos golpistas seria a manutenção da situação até as eleições para convencer o mundo que a eleição é legítima e resolver o impasse. Porém essas não poderiam ser consideradas legítimas, uma vez que o governo interino ocupou o poder a partir da remoção de um presidente que fora eleito constitucionalmente. De acordo com a própria constituição hondurenha, tal fato seria visto como um crime de desrespeito à soberania popular, presente no artigo 2º da Carta hondurenha.

Evidenciou-se neste cenário, ainda proveniente das pressões da Comunidade Internacional, a suspensão de programas de assistência ao país centro-americano. O governo estadunidense decidiu cortar os planos que eram destinados ao país, até que o governante deposto retornasse ao cargo. A União Européia frente à insatisfação com o cenário hondurenho anunciou o congelamento de um fundo de ajuda orçamentária.

O Brasil, que era simpático ao governo de Zelaya, suspendeu uma lista de programas de cooperação com o país, concentrados nas áreas de energia e saúde. As relações diplomáticas entre os dois países foram agravadas com o asilo político fornecido a Zelaya pela embaixada brasileira em Honduras. Diante desse quadro, Chomsky afirma que o Brasil se colocou numa posição a favor da democracia ao acolher Zelaya. O

dos Direitos. Humanos é uma responsabilidade internacional. Este princípio, aceito pela ONU e por outros organismos mundiais, significa que os governos são responsáveis perante a comunidade internacional pela proteção dos direitos dos seus próprios cidadãos. <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/ongs/ai/ai.html>

⁴ Este documento permite a suspensão imediata em casos de ruptura da ordem democrática e fracasso de iniciativas diplomáticas, desde que conte com a aprovação de ao menos dois terços dos países-membros.

⁵ Arias recebeu o prêmio Nobel da Paz em 1987 pelo papel que desempenhou para ajudar a por fim a guerras civis na América Central.

⁶ http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/10/090930_honduras_ste_sitio_cj_np.shtml

governo interino, no entanto, manifestou sua insatisfação frente a atitude brasileira.

As tentativas de negociação foram inúmeras, dentre estas, a proposta de resolução mais recente ocorreu em 30 de outubro, no qual negociadores dos dois lados firmaram um pacto, o qual previa que o Congresso decidisse sobre a volta de Zelaya ao poder, porém sem data para a medida. De acordo com os negociadores zelayistas e do governo de facto, o governo de união deveria ser formado até dia 05 de novembro, porém, tal fato não ocorreu. Percebe-se diante disso que um consenso final que atenda aos interesses de ambas as partes ainda não foi estabelecido, uma vez que os golpistas justificam a crise como um cumprimento das normas constitucionais que imperam no país centro-americano.

Diante desse impasse o líder deposto afirmou que caso não fosse restituído até o início de novembro, a comunidade internacional não reconheceria as eleições previstas para o dia 29 desse mesmo mês. Como afirma o Ministro brasileiro das Relações Exteriores Celso Amorim, em entrevista ao *Mini- ONU*⁷, “não se pode tirar um presidente do poder, expulsá-lo do país e dizer que consistiu numa ação legítima”. A argumentação é reforçada pelo que estabelece o artigo 2º da Carta hondurenha, no qual a “traição da pátria e a usurpação da soberania popular e dos poderes constituídos” seriam classificados como crime.

Faz-se necessário, portanto, um desfecho para tal crise em meio a essa realidade. Nota-se que após mais de quatro meses do início da crise política que configura o

cenário de Honduras, ocorreu uma alteração na dinâmica de organização diplomática principalmente no bloco americano. Ademais, evidencia-se dessa forma, a suspensão de benefícios, acordos comerciais e políticos, dos quais Honduras é tão dependente.

Referência

Periódicos:

Le Monde Diplomatique Brasil – edição setembro de 2009

Primal Times – 2ª edição Mini-Onu 10 anos

Voz Acadêmica – outubro 2009 – CAAP UFMG

Sites:

Folha On-line

<http://www.folha.uol.com.br/>

O Globo

<http://oglobo.com/mundo/>

Reuters

<http://br.reuters.com/article/>

Portal Globo de Notícias

<http://g1.globo.com/Noticias/>

Plantão

mun

<http://www.clicrbs.com.br/anoticia>

Movimento

Revolucionário

<http://www.movimentorevolucionario.org/>

Tribuna

da

Imprensa

<http://www.tribunadaimprensa.com.br>

Palavras-chave: Mudanças nos programas de governo; eleições 2009 em Honduras; Golpe de Estado; Crise Política.

⁷ “O Modelo Intercolegial das Nações Unidas – MINI-ONU – é um projeto da PUC Minas realizado pelo Departamento de Relações Internacionais, que consiste na preparação de universitários do curso de Relações Internacionais para receberem mais de mil estudantes de escolas do ensino médio de todo o Brasil.” http://www.pucminas.br/mini-onu/index_padrao.php

Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias

Resenha
Desenvolvimento
Rúbia Rodrigues
17 de novembro de 2009

Torna-se cada vez mais comum a ocorrência de coalizões inter-estatais no ambiente internacional. O Fórum entre Índia, Brasil e África do Sul possui a concretização da Cooperação Sul-Sul como estratégia comum, ainda que esses países compartilhem interesses muitas vezes divergentes.

A obra “Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias” organizada por Maria Regina Soares de Lima¹ e Monica Hirst² é o primeiro produto do Programa de Apoio à Pesquisa sobre Países Intermediários iniciado em 2004 pelo IUPERJ³ com financiamento da Fundação Ford. Trata-se de uma união de artigos que abordam os vários aspectos da iniciativa IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) como produto da Declaração de Brasília datada de 2003.

É possível afirmar que após a Guerra Fria as relações internacionais ficaram mais regionalizadas quando países emergentes⁴, neste momento, acabam por

ganhar maior destaque no cenário internacional. As organizadoras da obra afirmam que a iniciativa IBAS – ou Grupo dos 3 (G-3) – é um exemplo do dinamismo de cooperação entre países do sul. Exemplos de coalizões sul-sul no âmbito da Guerra Fria como o Movimento dos Não-Alinhados⁵ e o Grupo dos 77⁶ apresentavam mais componentes idealistas e a heterogeneidade econômica e política do sul. Diferentemente, o Fórum IBAS apresenta o compromisso com instituições e valores democráticos, o empenho em vincular a luta contra a pobreza e políticas de desenvolvimento e a convicção de que instituições e procedimentos multilaterais devem ser fortalecidos para fazer face às turbulências econômicas, políticas e de segurança.

A partir dessa lógica, a obra engloba o IBAS no âmbito da Cooperação Sul-Sul em suas lógicas de segurança, econômicas e

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade de Vanderbilt, professora titular de Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ e coordenadora acadêmica do Observatório Político Sul-Americano – OPSA.

² Professora de Política Internacional e coordenadora da área de segurança internacional da Universidade Torcuato Di Tella em Buenos Aires

³ Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

⁴ “Ainda que não exista uma definição consensual, as variações de nomenclatura incluem potências médias, países intermediários, potências regionais e emergentes, alguns critérios de classificação, utilizados no livro, envolve certa medida de capacidade material que as diferencie dos demais países em desenvolvimento na estratificação internacional; especificidades com relação ao desempenho de um papel

diferenciado no sistema internacional, ou a suas estratégias internacionais, ou uma medida comportamental, e indicadores de auto-percepção e de reconhecimento dos demais.” p.7

⁵ O Movimento dos Não-Alinhados era uma tentativa de 115 países, no geral subdesenvolvidos, em não se envolver no conflito entre as potências da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética.

⁶ Originado em 1964, a partir da “Declaração Conjunta dos Setenta e Sete países”, o Grupo dos 77 se formou com o comprometimento ao desenvolvimento internacional e aos compromissos multilaterais. Para mais informações acesse: <http://www.g77.org/>.

sociais. Analisa-se a conjuntura de cada região nas quais esses três países se encontram, enfatizando as diferenças e semelhanças que os levariam a criar um fórum comum. Há dois caminhos férteis no terreno da produção de conhecimento sobre esse tipo de iniciativa na conjuntura internacional. O primeiro deles é composto pela tarefa desbravadora de refletir sobre os impactos desse tipo de iniciativa no sistema internacional tanto no campo conceitual quanto no empírico. E o segundo, refere-se à análise comparada das atuações desses países nas arenas internacionais de segurança, regimes de comércio e temas domésticos como problemas de pobreza e desenvolvimento, desigualdade social, violência urbana, direitos humanos, desenvolvimento tecnológico e meio ambiente.

No desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul emergiu a chamada cooperação técnica em que interações entre doadores e receptores atuam em cenários com graus diferentes de urgência e necessidades, como a assistência humanitária. O Fórum IBAS, além da cooperação técnica para desenvolvimento, provê a transferência de recursos líquidos em diversos projetos de cooperação como aborda Monica Hirst.

Economia

No âmbito econômico, Amâncio Jorge⁷, Janina Onuki⁸ e Emmanuel de Oliveira⁹

⁷ Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP, professor do Departamento de Ciência Política da USP e Presidente do Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa do Instituto de Relações Internacionais da mesma universidade.

⁸ Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP e professora do Instituto de Relações Internacionais da mesma universidade.

⁹ Doutor pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo – USP E pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da mesma universidade

abordam a questão de que Índia, Brasil e África do Sul são países que se inserem também em ambientes institucionalizados como o da OMC. É importante analisar então de forma mais sistemática e comparativa as lógicas de convergência-divergência entre eles. Apesar de compartilharem um terreno comum de países em desenvolvimento com valores democráticos e passíveis de problemas internos seja no lado econômico ou social, eles também agem de forma divergente quando as especificidades se realçam em contraponto aos interesses comuns. Há contrastes na posição mais demandante do Brasil e defensiva-protetionista indiana no campo da liberalização do comércio internacional agrícola no âmbito da OMC. Esses contrastes acabam por gerar dúvidas em relação aos limites que o Fórum IBAS poderia sofrer, ou ainda, ressaltar que ações coletivas como a realçada pelo Fórum não necessita que os atores estejam plenamente compartilhando os mesmos interesses quando podem se beneficiar ou assumir custos de amplas maneiras e em amplas esferas.

Vale ressaltar que, independente da existência de assuntos divergentes entre esses países, se há coalizão internacional, então há, na agenda internacional, um determinado benefício a ser provido pela ação coletiva. Esses benefícios podem vir, como dito, em outras esferas ou ainda, devido a uma disposição de arcar de forma desproporcional com os custos da ação coletiva em forma de interesses próprios, como projeção e liderança. A própria reforma do sistema, marcado de forma latente por relações Norte-Sul se demonstra como um ganho da ação coletiva quando o interesse deseja superar a ordem vigente.

Os autores colocam que são os países intermediários, como os integrantes do IBAS, que são dotados de interesses diferenciados e de recursos para assumir o custo necessário em se empenhar numa ação coletiva Sul-Sul. Tal interesse

diferenciado é marcado pelo desejo de assumir um papel de liderança no plano global e regional e ainda, por perceber como, em relação aos países desenvolvidos e ao mesmo tempo aos países menos desenvolvidos, são mais afetados pelas consequências dos processos internacionais.

Ainda dentro do aspecto econômico, na análise de Marcos Costa Lima¹⁰ é discutido a comunicação e o desenvolvimento das tecnologias de informação da Índia e do Brasil. Enquanto a Índia aparece como um gigante no setor de serviços de software mundial, o Brasil possui a maior parte de sua produção absorvida pelo mercado interno. A grande diversidade no setor de exportações da Índia acaba por reduzir sua vantagem competitiva e favorecer outros países que exportam esse tipo de manufatura. O Brasil, então, se tornaria um exemplo para a Índia na medida em que poderia expor sua experiência de como preparar a economia para uma rápida absorção de software e da tecnologia de comunicação e informação em diversos setores em sua base produtiva.

Segurança

Em relação ao aspecto de segurança trabalhado por Marco Cepik¹¹, são abordados os planos de ação do Fórum que prevêem treinamento conjunto para a participação em operação de manutenção

de paz, cooperação no combate ao tráfico de armas ilegais e narcóticos, no trânsito marítimo de produtos químicos tóxicos e lixo radioativo nos oceanos Índico e Atlântico. Ainda, possíveis acordos entre instituições de pesquisa na área de defesa dos três países e interesse em construir projetos conjuntos entre as indústrias de material bélico dos três países.

Cada um em seu continente, os membros do IBAS estão inseridos em dinâmicas de segurança regional distintas ressaltadas pelo autor.

A Índia possui um histórico de pressão nuclear com o Paquistão. A baixa institucionalização da SAARC (Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional) em temas de segurança e a busca indiana por supremacia constituem as principais tendências nesse complexo de segurança regional.

A África do Sul, diferentemente, tem uma maior institucionalização na agenda de segurança e desenvolvimento. Apesar de serem os fatores domésticos e não militares as principais ameaças à segurança dos Estados na África. A imigração clandestina, a grande dependência energética, a escassez de água, a pandemia da AIDS, as altas taxas de crime contras as pessoas e patrimônio, o crime organizado e a corrupção são muitos dos fatores a serem trabalhados. Sendo assim, são imprescindíveis então a conquista e a manutenção de uma estabilidade regional subsaariana mais ampla e um ambiente macroeconômico favorável a atração de investimentos.

Por fim, o Brasil se insere numa arena multipolar na América do Sul em termos de distribuição regional de poder e o complexo de segurança regional é menos polarizado - não caracterizando que seja pacífico. Há a persistência do conflito armado na Colômbia, tensões separatistas na Bolívia e a polêmica em torno dos gastos militares chilenos e venezuelanos. Há também fontes de insegurança domésticas do tipo narcotráfico,

¹⁰ Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco - UFPe.

¹¹ Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, professor de Relações Internacionais e Política Comparada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e pesquisador do CNPQ junto ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais - NERINT/UFRJ, e Centro de Estudos dos Estados Unidos da América - CEEUA/PUC-MG.

contrabando e lavagem de dinheiro, desigualdades sociais muito acentuadas e altas taxas de homicídio – o número absoluto de assassinatos acaba sendo maior do que em muitos países em guerra. A dinâmica é também marcada pela tentativa dos Estados Unidos, através de organismos internacionais, em manter sua condição de hegêmona regional.

Uma breve sistematização, feita por Cepik, diz que quanto mais polarizada a região menos recursos podem ser alocados para uma aliança inter-regional. Sendo assim, a Índia tenderia a alocar menos recursos do que Brasil e África do Sul, já que possui como preocupação a manutenção de sua soberania estatal ameaçada pelas questões que dizem respeito ao Paquistão.

Política

O compromisso do Fórum com valores democráticos é trabalhado por Cristina Buarque de Holanda¹². Ao se falar em democracia, logo se pensa em um sistema em que o poder de todos é materializado em eleições, já que fica inviável o exercício direto do poder de todos. Porém, não somente do exercício do voto é feito esse sistema de governo. A própria idéia de um Estado, que mantém a ordem legítima por meio da polícia e seus vínculos com o tipo de ação das agências de força nos leva à agência da democracia. A própria polícia pode e deve ser vigiada pelo povo para evitar uma autoridade abusiva. Não seria democrático um Estado que colocasse como intocável a confiabilidade do controle policial. Assim, Brasil e África do Sul possuem bons sistemas de eleição, mas possuem excessos de violência policial.

O desafio das democracias modernas em

geral, e dessas democracias em particular, torna-se então justamente limitar seu próprio uso da força e, acima de tudo, da força letal. A busca da democracia na África do Sul tenta superar a memória social do Estado segregador dos tempos do Apartheid¹³ – de 1948 a 1990 – e a polícia extremamente violenta e arbitrária que perpetuou nesse período. No Brasil, a busca gira em torno da aproximação entre população e polícia em iniciativas locais e inúmeros projetos de policiamento comunitário, acreditando que assim, seja possível a ocorrência de movimentos mútuos de aproximação.

Como visto, o Fórum de diálogo IBAS se realça na conjuntura como uma iniciativa de promover a Cooperação Sul-Sul em diversas áreas. Constituído por países que compartilham o status de emergência e dialogam interesses comuns, possuem divergências em diversas esferas como econômica e militar no plano internacional. Ainda que o tipo de coalizão dos países do Sul tenha se originado a partir da Guerra Fria, hodiernamente seus limites operacionais se tornam bastante evidentes. O Fórum IBAS não se enquadra no escopo de uma integração regional já que suas atividades não se mantêm especificamente no âmbito de uma região geográfica, mas demonstra uma nova tendência política na esfera internacional. Ainda assim, torna-se uma iniciativa que exemplifica uma coalizão inter-estatal entre potências regionais que desejam avançar em seu status de desenvolvimento com políticas que propiciem o combate à pobreza e às turbulências econômicas e o avanço dos valores democráticos.

A obra, através dos estudos de aspectos teóricos e de política comparada conjugadas ao IBAS, encaminha a uma boa noção dos ganhos e desafios que esse Fórum pode trazer tanto na política internacional quanto em seu próprio

¹² Doutora e Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ.

¹³ Regime de segregação racial adotado na África do Sul entre “negros” e “brancos”.

estudo. Mostra-se, portanto, bastante amplo nesse aspecto, já que faz a análise conjuntural dessa inovada questão.

Trazar esse novo caminho fértil no terreno da produção do conhecimento ajuda a entender melhor a tendência a que são levadas as relações entre as nações. Por isso, a obra então não se limita a somente um aspecto – econômico, político ou social –, o que torna uma grande obra introdutória dos desafios e oportunidades dessa parceria a que se propõe.

Referência

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. **Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Sites:

IBSA

<http://www.ibsa-trilateral.org/>

Ver também:

10-07-2008: [A inflexão da política externa brasileira para o Sul e o Fórum IBAS](#)

Palavras-chave: Fórum IBAS, Cooperação Sul-Sul, Brasil, Índia e África do Sul

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine
Prof. Leonardo César Souza Ramos
Profa. Liana Araújo Lopes

Membros: Anna Paula Ribeiro Araujo Mamede; Celso Augusto de Freitas Filho; Daniel Peluso Rodrigues da Silva; Jéssica Silva Fernandes; Larissa Rabelo Pires Martins; Maria Eugênia Rodrigues de Souza Nassim; Marina Scotelaro de Castro; Rúbia Pereira Rodrigues; Thainá Sesterhenn Chaves; Vivian Machado Magalhães Moreira;

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500, Prédio 43, 4º andar. Coração Eucarístico. Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

